

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, agosto de 2017, número 116. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

A necessidade de expansão territorial do capital (inter)nacional intensificando a temporada de caça aos povos e sujeitos sociais do campo brasileiro.

ARTIGO DO MÊS

O movimento dos alimentos no espaço: o caso do município de Tupi Paulista/SP

<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>

EVENTOS

III Escuela Internacional de Posgrados y Campesina: “Configuración del capital y del poder en los territorios rurales de América Latina. Extractivismo, agrohidronegocios y propuestas de resistencia e integración desde abajo.”

San José y Puntarenas – Costa Rica, 18 al 23 de septiembre de 2017.

**X Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales
Argentinos y Latinoamericanos**

UBA/Buenos Aires – Argentina, 7 al 10 de noviembre de 2017.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Relatório DATALUTA Brasil 2015.

Autor: Rede DATALUTA.

A articulação de grupos de pesquisa está contribuindo para a espacialização do DATALUTA, criando condições de estabelecer uma rede nacional, obtendo dados mais apurados, auxiliando para a qualificação do conhecimento e do desenvolvimento dos temas vinculados à questão agrária. Para baixar: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta-brasil_2015.pdf



MATOPIBA

Realização: Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Araguaia Tocantins.

O documentário tem como objetivo informar, a partir do olhar de quem vive no Cerrado, o que é esse projeto intitulado MATOPIBA (MARanhão, TOcantins, Plauí, BAHia). Quais as causas e efeitos desse projeto na vida de todos? Para ver:

<https://www.youtube.com/watch?v=A0kBXi3t0Gk>



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>

EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Revisão: Juliana G. B. Mota, Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira, Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério, Lúcia I. da Silva, Rodrigo S. Camacho e Rodolfo de S. Lima (bolsista FAPESP).

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em www.fct.unesp.br/nera

A NECESSIDADE DE EXPANSÃO TERRITORIAL DO CAPITAL (INTER)NACIONAL INTENSIFICANDO A TEMPORADA DE CAÇA AOS POVOS E SUJEITOS SOCIAIS DO CAMPO BRASILEIRO

Carlos Alberto Feliciano

Pesquisador III da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente
Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)
Coordenador da Rede DATALUTA
cacafeliciano@fct.unesp.br

Camila Ferracini Origuéla

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP),
campus de Presidente Prudente
Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
ferracinicamila@yahoo.com.br

Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP),
campus de Presidente Prudente
Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)
hellen.riot@gmail.com

Lorena Izá Pereira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP),
campus de Presidente Prudente
Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
lorena.izap@gmail.com

No dia 15 de agosto de 2017, foi julgado no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), um habeas corpus favorável a liberdade de 4 militantes do MST da região do Pontal do Paranapanema (SP). Esses são casos reais do processo de criminalização da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil. Os militantes haviam sido condenados a 4 anos no regime semiaberto por realizarem e participarem de ocupações de terras. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no século XXI, as prisões correspondem a 31% das formas de violência contra os sujeitos sociais do campo que estão em luta.

A criminalização da luta pela terra também é uma forma de violência. É mais uma violência que os sujeitos sociais do campo lidam cotidianamente. No estado de São Paulo, no período de 2001 a 2016, a CPT registrou que mais de 2.300 pessoas sofreram algum tipo de violência. Desse montante, 49% foram agredidas, 34% presas, 7% ameaçadas, 5% sofreram tentativas de assassinatos, sendo 3% mortos por consequência destas e 2% torturadas.

O que pode explicar tamanha prática de violência no campo brasileiro e no estado mais rico da unidade federativa? Entendemos que o modelo de desenvolvimento capitalista adotado para campo brasileiro é a principal causa da violência contra os povos que moram, trabalham e produzem comida. O

século XXI já se apresenta com aproximadamente 1 milhão de famílias que sofreram algum tipo de violência no campo (assassinato, ameaças, tentativas de assassinatos, agressões, despejo e pistolagem).

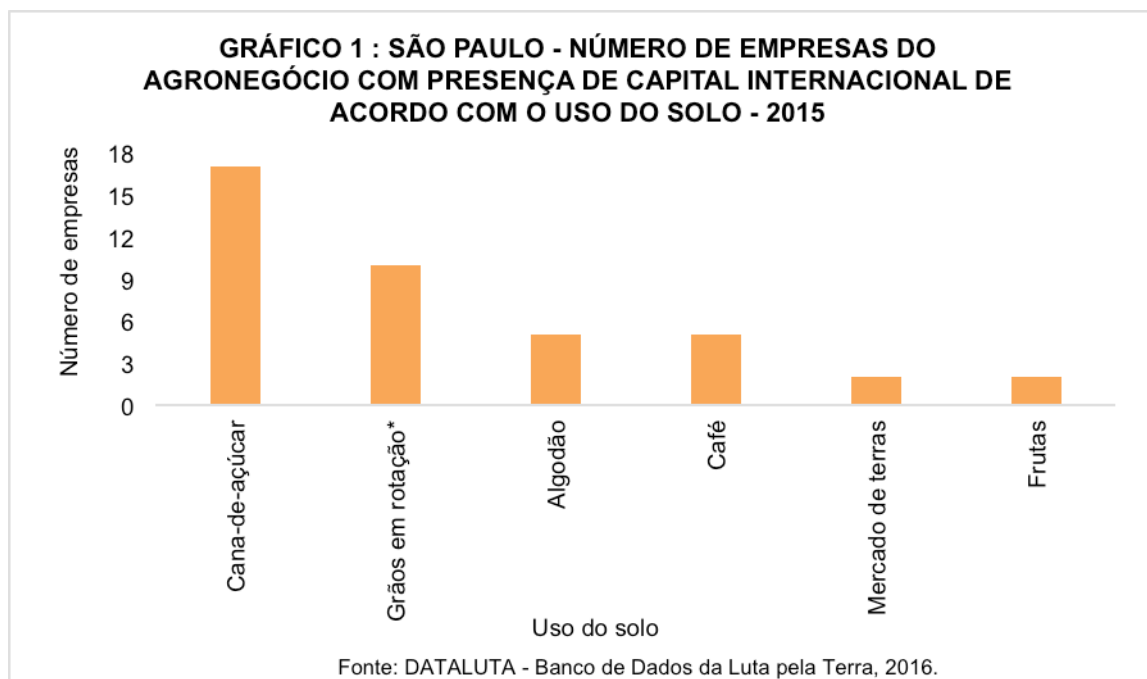
O Brasil do agronegócio, como exemplo de modelo agroexportador primário, também é o Brasil que somente do século XXI, em média, a cada 06 dias uma pessoa é assassinada no campo, 07 dias, há uma tentativa de assassinato e a cada 02 dias alguma pessoa é ameaçada de morte. Para que esse modelo de desenvolvimento avance, é necessária a expulsão ou expropriação e/ou subordinação a sua lógica. Quando há resistência, a saída é eliminar a resistência, e uma das formas utilizadas pelo agronegócio é a eliminação da vida.

Esse processo de violência tem a se intensificar, pois de acordo com dados do Ministério da Agricultura (BRASIL 2016), o agronegócio necessita para o período de 2016 a 2026 uma expansão para produção de commodities de mais de 15 milhões de hectares. Uma das formas de garantir essa expansão do agronegócio sob “novas terras” é o processo de estrangeirização.

Estrangeirização da terra corresponde ao processo de apropriação de terras e territórios – na sua multiescalaridade e multidimensionalidade – através de diferentes formas (compra, arrendamento, *joint venture*¹ e etc.) pelo capital internacional e com o objetivo de acumular capital (PEREIRA, 2017). A estrangeirização proporciona novas territorialidades do capital através da transferência do controle da terra para o capital internacional, promovendo os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, pois a territorialização de uma empresa de capital internacional implica na desterritorialização de camponeses e indígenas que, por sua vez, se reterritorializam em outras áreas. A estrangeirização da terra é um processo antigo, mas que a partir da convergência de crises – alimentar, ambiental, climática, energética e financeira – adquire um novo impulso, surgem novas estratégias e agentes – como o capital financeiro – para a territorialização do capital internacional, se configurando como um novo elemento da questão agrária (FERNANDES, 2009).

No ano de 2015, foram identificadas 108 empresas do agronegócio com presença de capital internacional territorializadas no Brasil. Deste total, 35 empresas estão territorializadas no estado de São Paulo, se configurando como a unidade da federação com o maior número de empresas do agronegócio com presença do capital internacional. Dentre estas empresas, 17 se dedicam ao cultivo de cana-de-açúcar; 11 à produção de grãos em rotação, isto é, soja e milho; cinco o cultivo de algodão e café; duas à produção de frutas e duas têm suas atividades voltadas ao mercado de terras, conforme o Gráfico 1. Majoritariamente, a territorialização do capital estrangeiro no estado de São Paulo ocorre por meio do cultivo de cana-de-açúcar para a produção de etanol, sobretudo, após 2004 e através da aquisição de antigas plantas industriais instaladas na década de 1970 e, posteriormente, desativadas em 1990 (PEREIRA, L. I., 2015).

¹ Corresponde a união de duas ou mais empresas para a criação de uma terceira. É uma estratégia bastante utilizada pelo capital transnacional para se territorializar no Brasil. Um exemplo é o caso da Fibria (Brasil) e Stora Enso (Finlândia e Suécia), que através de uma *joint venture* formaram a Veracel Celulose, declarada como empresa nacional.



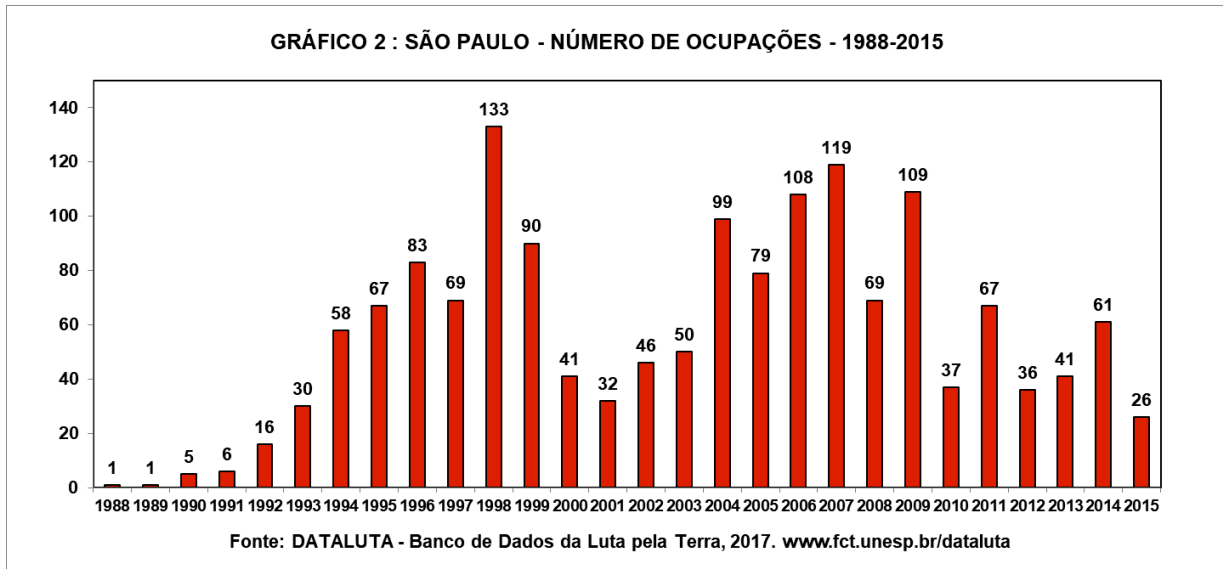
No que tange a origem do capital, 11 são oriundas do EUA; nove são empresas declaradas como brasileiras, mas com presença do capital internacional; sete do Japão; quatro do Reino Unido; três da França e dos Países Baixos; duas da Alemanha e uma da Argentina, China e Noruega. Dentre as principais empresas destacamos a Raízen, *joint venture* entre a brasileira Cosan e a holandesa Royal Dutch Shell, que possui 20 unidades de produção e 17 terminais de distribuição no estado de São Paulo. Diante da intensificação do interesse estrangeiro na aquisição de terras no Brasil, a Raízen fundou a empresa Radar, destinada apenas para a aquisição de terras para a posterior venda. Este cenário dificulta o acesso à terra e a realização da reforma agrária, pois o latifúndio, antes improdutivo, tornou-se propriedade do agronegócio internacional.

O avanço do desenvolvimento capitalista no campo não é imposto sem a resistência dos sujeitos que tem a terra como centralidade de vida e trabalho e que lutam, seja para permanecerem como para terem acesso.

De acordo com dados do Relatório DATALUTA 2015, no que concerne as ações dos movimentos socioterritoriais, é possível observar uma tendência no aumento do número de ocupações de terras no Brasil. Este aumento é visível, sobretudo, quando comparados aos dados de 2010, do qual foram registradas 184 ocupações de terras realizadas por movimentos socioterritoriais do campo. Já nos anos seguintes as ações giram em torno de 220 a 250 ocupações em todo o território nacional. O número de famílias em ocupações também registra um aumento comparado ao ano de 2010, passando de 16.936 para 38.789 famílias no ano de 2015.

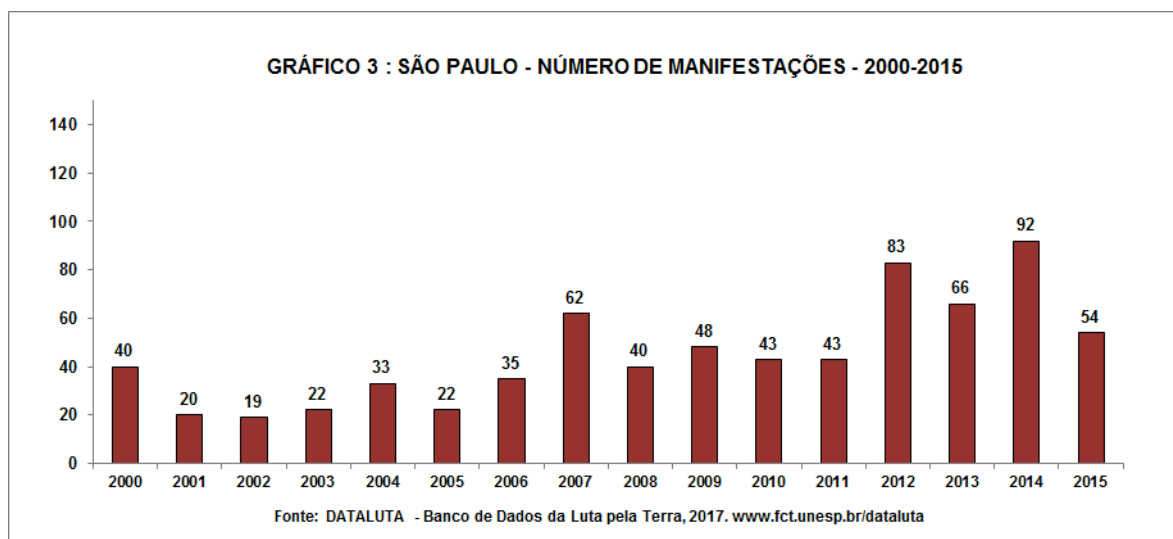
Já no estado de São Paulo é possível observar que as ações dos movimentos socioterritoriais apresentam uma maior oscilação no número de ocupações e famílias em ocupações. Em 2011 foram realizadas 67 ocupações de terras em todo o estado, o dobro quando comparado ao ano de 2010, em que foram realizadas 37 ocupações. Nos anos seguintes, 2012 e 2013, há um novo decréscimo, passando para

36 e 41 ocupações, respectivamente. As ações voltam a aumentar no ano de 2014, registrando um total de 61 ocupações. O ano de 2015, porém, apresenta uma queda mais acentuada dos últimos cinco anos, registrando apenas 26 ocupações de terras em todo o estado de São Paulo, como podemos visualizar no gráfico 2.



Em um primeiro momento pode-se entender que, comparado ao cenário nacional, o estado de São Paulo apresenta um decréscimo na luta pela terra, tendo aumentos e quedas significativas em um curto período, podendo gerar interpretações que tendem para um possível declínio da luta pela terra no estado. No entanto, quando expandimos as análises das ações dos movimentos socioterritoriais do campo, para além das ocupações de terras, é possível observar que em detrimento desta queda, os movimentos socioterritoriais permanecem organizados em outras esferas. Um exemplo é o aumento das manifestações do campo na cidade e a participação na criação e ações da Frente Brasil Popular, em 2015, que se trata de uma tentativa da esquerda em responder, da forma mais unitária possível, à ofensiva neoliberal em curso.

Aprofundando as análises sobre as manifestações do campo na cidade, no ano de 2015 foram registradas 858 manifestações em escala nacional com 479.646 pessoas. No estado de São Paulo, especificamente, foram registradas 54 manifestações com 14.970 pessoas, conforme o gráfico 3. Ainda que no ano de 2015 o número de manifestações registradas seja menor que dos anos anteriores, essas ações são na atualidade uma das principais formas de luta dos movimentos socioterritoriais. De acordo com Pereira, D. V. (2015), as manifestações são organizadas pelos movimentos socioterritoriais com o objetivo tanto de conquistar a terra como de permanecer nesta. São ações que reivindicam o acesso ao território por camponeses, indígenas e quilombolas e, concomitantemente, o desenvolvimento dos territórios já existentes, desde a infraestrutura até as políticas de crédito, comercialização, entre outras. As ocupações de terra e as manifestações são ações que se complementam no processo de luta pela terra, possibilitando a constituição de outro modelo de desenvolvimento para o campo.



No que se refere à tipologia de manifestações, no ano de 2015 se destacaram as ocupações de prédios públicos com 18 ações, seguidas dos protestos com 14 ações. Sobre os tipos de reivindicações, predominaram as reivindicações por infraestrutura, políticas públicas, reforma agrária e soberania alimentar com 33 manifestações, além das reivindicações por demarcação de terras indígenas e quilombolas e denúncias de violência de campo, totalizando 7 manifestações. Os movimentos socioterritoriais que estiveram à frente das manifestações foram a Frente Nacional de Lutas (FNL) que organizou 20 manifestações com 1.090 pessoas, o MST que organizou 15 manifestações com 3.910 pessoas e os indígenas e quilombolas que organizaram 7 manifestações com 1.650 pessoas. Como ocorre normalmente, a maior parte das manifestações se concentrou na cidade de São Paulo, que por ser a capital do estado e local de tomada de decisões possibilita maior visibilidade às ações dos movimentos socioterritoriais (PEREIRA, D. V., 2015).

Esses sujeitos sociais lutam, conscientemente ou não, por uma autonomia/emancipação plena ou relativa em relação ao capital. Porém essa não é a lógica dominante que vivemos no mundo atual. Por isso, a violência brutal do campo é contra aqueles que lutam em seus próprios territórios: posseiros, indígenas, quilombolas, assentados, pequenos camponeses que tem somente esse espaço de vida e morada como elementos centrais de sua existência enquanto classe e sujeitos sociais.

Em vista disso, o avanço do capital no campo, seja por empresas transnacionais ou por alianças com oligarquias agrárias conseguem uma blindagem por suas ações perversas de abuso de poder com uso contínuo e acelerado da violência, pois tem a garantia da impunidade. O estado brasileiro, para avançar com seu modelo agroexportador, abre uma temporada de caça aos camponeses e a todos que vivem e resistem a esse modelo ultraneoliberal.

REFERÊNCIAS

DATALUTA. **Relatório DATALUTA 2015**. Disponível em: <fct.unesp.br/dataluta>. Acesso em: 15 de agosto de 2017.

FERNANDES, Bernardo Maçano. A Geopolítica da Questão Agrária Mundial. **Boletim DATALUTA**, n. 18, p. 01-04, 2009.

PEREIRA, Danilo Valentin. **Participação política, desenvolvimento territorial e mudança social**: um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo no período 2000-2012. 2015, 159f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **O processo de estrangeirização da terra no Brasil**: estudo de caso da empresa Umoe *Bioenergy* no município de Sandovalina-SP, 2015, 174 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. Liberação da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil e controle das terras. **Boletim DATALUTA**, n. 112, p. 01-20, 2017.